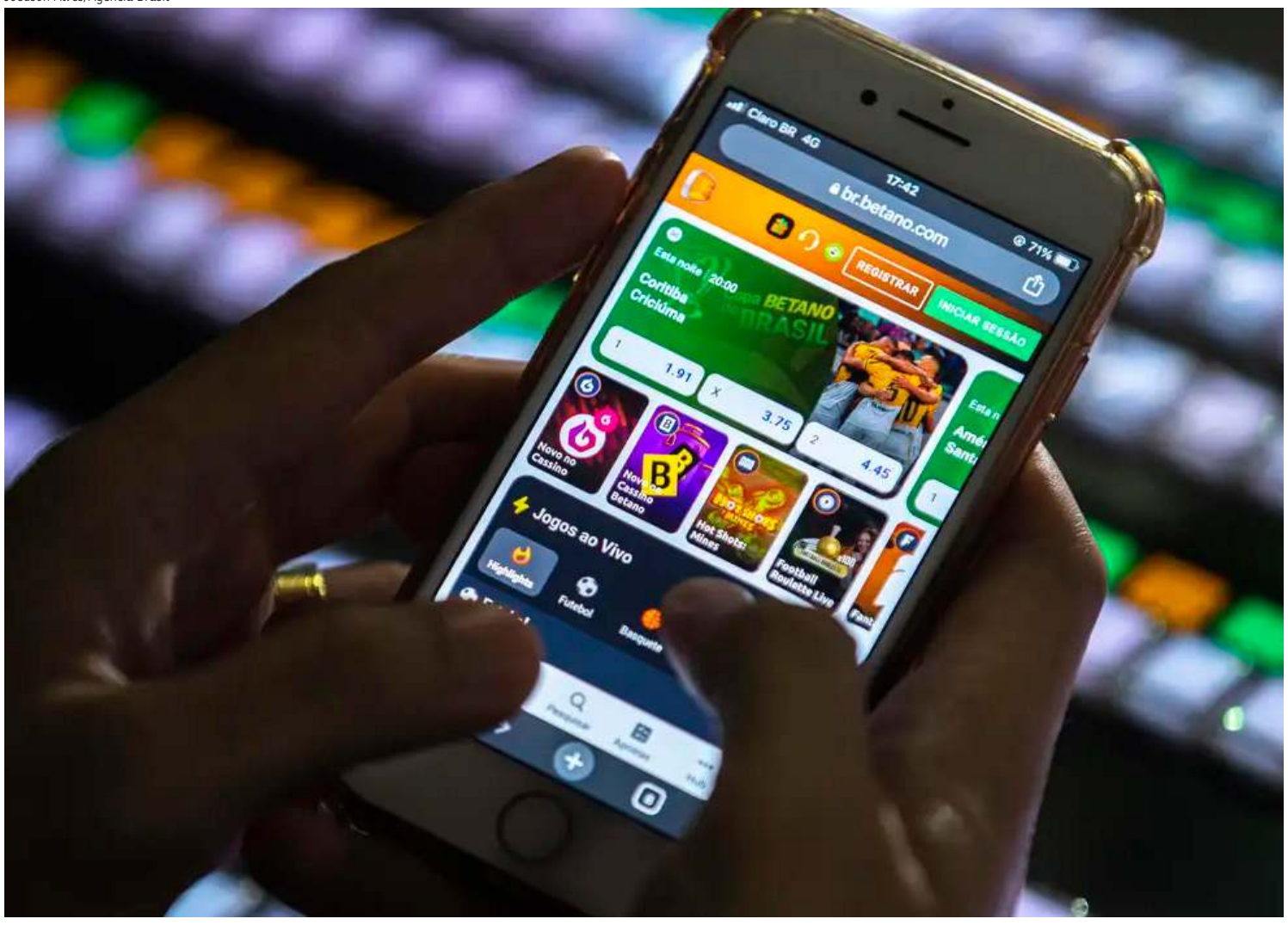
PARLAMENTO

Pressão entre bets e empresas

Casas de apostas querem evitar o aumento do imposto, empresários da indústria e comércio tentam criar mais uma cobrança

» ISRAEL MEDEIROS

Joédson Alves/Agência Brasil



Empresários reclamam que valores bilionários deixam de circular mensalmente na economia real por causa do vício em jogos eletrônicos

Casas de apostas on-line e representantes de setores da indústria e comércio travam uma batalha nos bastidores do Congresso sobre o futuro da taxação das bets no Brasil. Faltando pouco mais de um ano para o início da cobrança do imposto seletivo — também conhecido como "imposto do pecado" —, que vai incidir sobre as empresas do setor, empresários da indústria e comércio querem que o governo imponha uma sobretaxa às bets já a partir de 2026, com o objetivo de desincentivar as apostas.

O plano é criar uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, a Cide-Bets, com alíquota de 15%, que incidiria diretamente sobre os valores que os apostadores depositam nas plataformas. A ideia tem simpatia de diversos parlamentares e já foi até alvo de emendas à Medida Provisória 1.303/2025. O texto foi editado pelo governo Lula em julho e prevê um aumento da atual taxação de 12% para 18% sobre a receita bruta das empresas.

Empresários alegam que valores bilionários deixam de circular mensalmente na economia brasileira por causa das bets. Segundo dados do Banco Central, o setor de bets movimenta de R$ 20 a R$ 30 bilhões por mês no Brasil. A Confederação Nacional do Comércio (CNC) divulgou, em janeiro, uma pesquisa que apontou que o comércio deixou de faturar R$ 103 bilhões em 2024 por causa das apostas.

Lobby

O lobby desses setores atua em duas frentes: uma tenta incluir a Cide-Bets na MP 1.303; e outra tenta sensibilizar o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) a incluir a proposta dentro do projeto de lei que aumenta a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil por mês. Ele é o relator do texto. Na semana passada, durante um almoço com empresários, representantes de associações e frentes parlamentares, ele ouviu esses setores, mas disse não ter tomado uma decisão sobre o assunto e deu mais ênfase ao combate ao mercado ilegal.

Segundo Lira, mais de 50% das bets que atuam no Brasil hoje são irregulares e, por consequência, não pagam impostos, fato que, segundo o relator, tem sido debatido com o Banco Central e com o Ministério da Fazenda. "Se só essa metade pagasse imposto ou houvesse algum rigor nesses meios de pagamento para coibir essas irregularidades, você já dobraria a arrecadação (com esse setor)", disse Lira.

R$ 30 BILHÕES

é quanto o setor de bets movimenta mensalmente, segundo estimativa do BC

Para a Fazenda, a existência de um grande mercado ilegal não exclui a necessidade de taxar mais as empresas que operam dentro das regras. Na semana passada, o ministro Fernando Haddad defendeu, na comissão mista que debate a MP 1.303, o aumento da taxação, argumentando que o setor já operou por anos no país sem pagar qualquer imposto.

"Vocês sabem que as chamadas bets ficaram por quatro anos sem pagar impostos — quatro anos: 2019, 2020, 2021, 2022, sem pagar impostos. Nós encaminhamos, portanto — porque, se uma padaria, uma farmácia, um açougue paga, não faz sentido uma bet não pagar", disse o ministro, argumentando que o setor tem um "faturamento elevadíssimo".

"No nosso entendimento, o tratamento tem que ser coerente com o mesmo que se faz com cigarro, o mesmo que se faz com bebidas alcoólicas; ou seja, o mundo inteiro sabe que algumas atividades devem ser regulamentadas, em virtude até de combater o crime, porque, quando você mantém irregular, você dá espaço para atividades ilícitas, você tem que regulamentar, mas você tem que regulamentar de uma forma que você iniba a pessoa de ter um consumo, seja de entretenimento ou de qualquer outra coisa, acima de patamares considerados lesivos à saúde pública. E a bet, na minha opinião e na opinião de vários especialistas, é um problema de saúde pública, que tem que ser tratado como tal", disse.

Para Mário Sérgio Telles, diretor de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a majoração de 12% para 18% não ajuda a indústria e o comércio. A Cide-Bets é necessária, segundo ele, porque os apostadores verão os valores sendo cobrados diretamente no ato do depósito e isso os desestimulará. "A nossa proposta é fazer uma incidência sobre o depósito, sobre a o preço do serviço com uma dedução no valor apostado. Hoje o apostador não percebe o efeito dessa incidência de 12%", disse ao **Correio**.

Ele esclareceu que o setor industrial não é contra as casas de apostas em si, mas tem preocupações com os efeitos do crescimento desse setor. "Óbvio, quando você tem uma atividade econômica que está drenando cada vez mais recursos, isso reduz a disponibilidade dos recursos para outras atividades econômicas. Agora, a atividade econômica, uma vez regulamentada, é legítima. A gente não é contra que ela exista, o ponto é que é preciso desestimular o consumo desse tipo de serviço", argumentou.

Bruno Spada/Câmara

Arthur Lira (PP-AL) recebeu de empresários a sugestão para criar a Cide-Bet para desestimular apostas

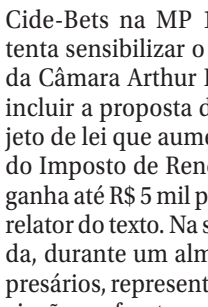
Estrangulamento

A proposta da Cide-Bets ligou um alerta no setor de apostas. Para Fernando Vieira, presidente do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR), que representa 75% do mercado regulado no país, a medida causaria um estrangulamento do setor e beneficiaria principalmente o crime organizado."Não é estrangulando o setor de bets regulados que você vai conseguir resolver o problema de arrecadação. Isso só vai afetar o setor regulado. As bets ilegais vão se tornar mais rentáveis", disse Vieira ao **Correio**.

"O jogo não vai parar, o que vai acontecer é uma migração maior ainda das pessoas que estão jogando dentro do ambiente regulado para a informalidade, o mercado ilegal. Onde ocorre um velho-oeste, não tem regra de proteção de consumidor, não tem reconhecimento facial para saber se o apostador é maior de idade e os recursos vão abastecer o crime e as fraudes".

O setor tem dialogado com o Banco Central e com a Fazenda — inclusive levando denúncias de serviços ilegais — para tentar retirar serviços ilegais do ar. "Temos dialogado frequentemente com o Banco Central e com a Secretaria de Prêmios e Apostas (do Ministério da Fazenda). Já levamos mais de mil denúncias de empresas ilegais e empresas de pagamento que fazem transações para empresas ilegais", afirmou.

Esses sites, no entanto, são difíceis de rastrear e derrubar definitivamente. A saída é tentar convencer os apostadores dos riscos de apostar nas plataformas irregulares. Para isso, o IBRJ prepara, para os próximos dias, uma campanha publicitária para alertar os consumidores dos riscos de criar contas e de depositar dinheiro nessas plataformas.



SERGIO ABRANCHES

O AMERICANO MÉDIO E A ELITE EMPRESARIAL DOS EUA NÃO PENSAM COMO TRUMP, QUE BRANDE RAZÕES MENTIROSAS PARA AS TARIFAS ABUSIVAS APLICADAS AO BRASIL.

Sob pressão, Congresso ainda responde bem

As plataformas digitais estão no foco da política. Seus algoritmos permitem que crimes e abusos circulem livremente nos fluxos de mensagens. Há reclamações sérias sobre difamação, racismo, linguagem de ódio, pedofilia, que entopem os fluxos de sujeira. Nem tudo que circula nas redes é negativo e elas podem ter um papel positivo cada vez maior. Hoje, ameaçam a democracia. Mas a democracia digital precisa delas. O ataque de Trump ao Brasil é impulsionado por mentiras, preconceito e pelo trabalho anti-Brasil dos Bolsonaro.

O youtuber Felca viralizou o vídeo "Adultização" sobre posts que sexualizam crianças e adolescentes para a rede de pedófilos nas plataformas. Sinal dos novos tempos, a frase anterior contém dois estrangeirismos e dois neologismos relacionados às interações digitais em rede. O vídeo de Felca causou repúdio na grande imprensa e no meio político à pedofilia escancarada nas redes.

Bateu direto nos eleitores dos parlamentares. Foi o que bastou para que o presidente da Câmara, Hugo Motta, se interessasse pela questão. Ele diz que "há matérias urgentes e há matérias inadiáveis". Essa seria matéria para ser pautada já, para responsabilizar as plataformas pela circulação de conteúdo pedófilo.

A pauta divide a extrema-direita. Os parlamentares que professam a fé cristã, ligados às igrejas evangélicas politizadas, são a favor de punir as plataformas que permitam a circulação de pedofilia. Mas há uma ala que é contra, alegando ferir a liberdade de expressão. Alguma legislação sairá. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, admitiu uma comissão parlamentar de inquérito sobre pedofilia.

O americano médio e a elite empresarial dos EUA não pensam como Trump, que brande razões mentirosas para as tarifas abusivas aplicadas ao Brasil. A prisão e o julgamento arbitrários dos cabeças do golpe de 8 de Janeiro, a censura das plataformas, o Brasil seria mau parceiro comercial com tarifas excessivas e superavit comercial. Os chefes dos golpistas são julgados pelo devido processo legal, com amplo e irrestrito direito de defesa. Seus advogados chamaram de "document dump" o monte de provas apresentadas contra eles.

Não há censura aqui. A extrema-direita até tenta, mas perde na Justiça. Trump, sim, censura livros, universidades e instituições relevantes como a Smithsonian Institution e os museus americanos. Os Estados Unidos têm superavit comercial com o Brasil desde 2009. A mentira é o método da extrema-direita desde o nazismo e o fascismo inaugurais. Bolsonaro a usou. Trump a usa. Putin e Netanyahu também.

Circula no mercado financeiro e na oposição versão truncada sobre as sanções. Ela diz que Lula se recusa a negociar com Trump. É notório que Trump se negou a conversar com Lula nos termos apropriados a dois chefes de Estados soberanos. O que Lula não faria — e está certo — é aceitar conversa nos termos ditados por Trump. Todos se lembram da cena de humilhação com que ele e seu vice, Vance, receberam o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, no salão oval.

Trump diz que atende Lula a hora que ele quiser, mas é mentira. Ele se recusa a acertar termos apropriados a uma conversa entre chefes de Estado. Ele se julga superior aos pares. Proibiu seus secretários do Tesouro, Scott Bessent e do Comércio, Howard Lutnick, de manter reuniões com o vice-presidente Geraldo Alckmin e com Fernando Haddad, ministros do Desenvolvimento e da Fazenda.

O governo preferiu não usar a Lei de Reciprocidade e apresentar medidas para auxiliar setores afetados por Trump. O Congresso sentiu a pressão. O pacote de ajuda estará entre as matérias que o presidente da Câmara considera inadiáveis. Só esse tipo de pressão, com capilaridade suficiente para afetar diretamente os humores do eleitorado nos redutos dos parlamentares, para fazer um Congresso disfuncional funcionar.

Com o monopólio das emendas e mais os recursos dos fundos partidário e eleitoral, os parlamentares não respondem mais a situações que afetam o interesse coletivo ou setores relevantes da sociedade nacional. Mas reagem prontamente quando prejudicam os negócios em suas cidades e seus eleitores, ou ferem valores de seu eleitorado cativo. Os parlamentares não representam mais a sociedade. Respondem a grupos de interesses, empresas e aos eleitores de sua base.

O governo tem agido bem ao responder às agressões de Donald Trump. Está atrapalhado, como todos os governos, na regulação das plataformas digitais. No caso da pedofilia, basta acertar propostas que tramitam no Congresso.